

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.140 - MG (2019/0208283-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : BELO HORIZONTE REFRIGERANTES LTDA - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : FLÁVIO COUTO BERNARDES - MG063291
MARIA JULIANA FONSECA BERNARDES - MG069865
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE RIBEIRÃO DAS
NEVES - MG
SUSCITADO : JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE -
MG
INTERES. : FERNANDO FERREIRA DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, instaurado por **BELO HORIZONTE REFRIGERANTES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, envolvendo o r. Juízo de Direito da 1.ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão das Neves/MG, no qual se processa a recuperação judicial das suscitantes (Processo nº 5000038-80.2017.8.13.0231), e o Juízo da 3.ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, onde tramita a Reclamação Trabalhista n.º 0011391-12.2015.5.03.0003, ajuizada por Fernando Ferreira da Silva.

Afirma a suscitante que formulou pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido pelo Juízo de Direito da 1.ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão das Neves/MG, com posterior suspensão de atos executórios relativos a créditos trabalhistas. (fls. 22-27)

Sustenta, contudo, que o r. juízo suscitado determinou o prosseguimento da execução trabalhista em apreço, embora caiba ao juízo universal, com exclusividade, a deliberação de definição acerca do caráter concursal ou extraconcursal de créditos em processos de recuperação judicial.

Diante disso, postula, **liminarmente**, o sobrestamento da execução trabalhista com a consequente designação do Juízo de Direito da 1.ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão das Neves/MG, para decidir sobre a destinação dos valores apurados.

No **mérito**, requer a declaração da competência do juízo universal para determinar atos executórios do crédito reconhecido na demanda trabalhista, em curso na 3.ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG.

Às fls. 43-44, decisão da lavra da Presidência desta Corte deferiu, em parte, o pedido liminar a fim de sobrestar quaisquer determinações constritivas/expropriatórias que,

nos autos da Reclamatória Trabalhista n.º 0011391-12.2015.5.03.0003, em curso no r. Juízo da 3.ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, afetem o patrimônio da suscitante, e **designar** o Juízo da Recuperação Judicial da 1.ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão das Neves/MG para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

Prestadas as informações (fls. 49-56 e 60-66), o MPF opinou pelo conhecimento do conflito e competência do juízo da recuperação judicial (fls. 68-71).

É o relatório.

Decide-se.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. Uma vez iniciada a recuperação judicial, **é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação**, mesmo após transcorrido o prazo de 180 dias (art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005).

Nesse sentido, vale conferir os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS. PENHORA ANTERIOR.

1. Encontra-se pacificado na jurisprudência desta Corte o entendimento de que, deferido o pedido de recuperação judicial, as ações e execuções trabalhistas devem prosseguir no âmbito do juízo universal, mesmo nos casos de penhora anterior ou naqueles em que ultrapassado o prazo de suspensão de que trata o artigo 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 146.036/RS, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 20/09/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE CUSTAS JUDICIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA. NATUREZA FISCAL. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 6º, § 7º, DA LEI Nº 11.101/05, COM A RESSALVA NELE PREVISTA. PRÁTICA DE ATOS QUE COMPROMETAM O PATRIMÔNIO DO DEVEDOR OU EXCLUAM PARTE DELE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento

automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005. Precedentes.
(...) (AgRg no CC 116.594/GO, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe 19/03/2012)

E ainda: CC 131.894/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 31/03/2014; CC 146.657/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016.

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ **conheço do presente conflito** e, por conseguinte, declaro a competência do r. Juízo de Direito da 1.^a Vara Cível da Comarca de Ribeirão das Neves/MG, para a prática de quaisquer atos constitutivos/executórios sobre o patrimônio da empresa recuperanda relativos à Reclamação Trabalhista n.º 0011391-12.2015.5.03.0003, ajuizada por Fernando Ferreira da Silva, bem como para exercer o controle sobre bens e valores pertencentes à suscitante, que eventualmente ainda permaneçam bloqueados/arrecadados nos referidos autos.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator